

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

### REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. Adail Carneiro)

Requer a realização de Audiência Pública para discussão da utilização de biotecnologia para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, realização de audiência pública para discussão da utilização de biotecnologia para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Havendo concordância por parte do Plenário desta Comissão, sugiro que sejam convidados representantes: do Ministério da Saúde, do Ministério do Meio Ambiente, da Fundação Oswaldo Cruz e da empresa Moscamed.

### JUSTIFICAÇÃO

O País tem sofrido as consequências de epidemias transmitidas por meio do mosquito *Aedes aegypti*, destacando-se a do Zika Vírus (associada à microcefalia), bem como a da Dengue e a da Chikungunya.

Como se isso não bastasse, esse mosquito pode transmitir mais de uma dezena de agentes infecciosos que circulam em outros países e que podem vir a ser introduzidos no País. Desse modo, o combate ao mosquito é fundamental para o controle de várias doenças.

Recentemente, têm sido divulgadas informações sobre métodos de biotecnologia destinados a controlar a população do *Aedes aegypti*, entre os quais destacam-se a utilização de mosquitos geneticamente modificados (“transgênicos”) e da bactéria Wolbachia.

Com relação aos mosquitos transgênicos, há relatos de que foram liberados em junho de 2013 em um bairro da cidade de Jacobina (BA). Segundo a empresa responsável, a Moscamed, a diminuição da população do mosquito transmissor teria sido de 92%. Contudo isso atendeu a menos de 3% da cidade, de modo que não seria esperado um impacto significativo nos casos totais de dengue. De fato, ocorreu epidemia de dengue na cidade em 2014. Tais mosquitos também estão sendo usados na cidade de Piracicaba (SP).

A respeito da bactéria Wolbachia, a Fundação Oswaldo Cruz está inoculando mosquitos no Rio de Janeiro com o objetivo de incapacitar o *Aedes aegypti* a transmitir doenças tropicais. Nessa proposta não ocorre alteração genética do mosquito. Sua diferença com relação ao mosquito transgênico é que este precisa ser constantemente repostado no meio ambiente, pois não gera prole transgênica; enquanto que a Wolbachia possui capacidade de transmissão vertical da bactéria aos descendentes dos mosquitos. A hipótese, então, é a de que, uma vez introduzida no meio ambiente, a Wolbachia se sustente sem necessidade de reposição da bactéria.

Considerando a necessidade de esclarecimentos sobre os dados mais recentes a respeito da eficácia desses métodos, foram sugeridas as participações do Ministério da Saúde (como responsável pelas ações de saúde no controle das epidemias relacionadas), do Ministério do Meio Ambiente (como responsável pelo impacto ambiental do uso dessas novas tecnologias), da Fundação Oswaldo Cruz (que testa o uso da Wolbachia) e da Moscamed (responsável pela produção dos mosquitos geneticamente modificados).

Diante do exposto, solicitamos o apoio de nossos ilustres Pares nesta Comissão para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016.

Deputado Adail Carneiro

